

TSE - Unificado

ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA



Editais verticalizados

Tribunal Superior Eleitoral

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
3. Domínio da ortografia oficial.
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual:
 - 4.1. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2. Emprego de tempos e modos verbais.
5. Domínio da estrutura morfossintática do período:
 - 5.1. Emprego das classes de palavras.
 - 5.2. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4. Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5. Concordância verbal e nominal.
 - 5.6. Regência verbal e nominal.
 - 5.7. Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8. Colocação dos pronomes átonos.
6. Reescrita de frases e parágrafos do texto:
 - 6.1. Significação das palavras.
 - 6.2. Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Aplicabilidade das normas constitucionais:
 - 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
 - 1.2 Normas programáticas.

2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
 - 2.1 Princípios fundamentais.
 - 2.2 Direitos e garantias fundamentais.
 - 2.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.
 - 2.2.2 Dos Direitos Sociais.
 - 2.2.3 Da Nacionalidade.
 - 2.2.4 Dos Direitos Políticos.
 - 2.2.5 Dos Partidos Políticos.
 - 2.3 Organização político-administrativa do Estado.
 - 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
 - 2.4 Poder Legislativo.
 - 2.4.1 Do Congresso Nacional e suas Atribuições.
 - 2.4.2 Da Câmara dos Deputados e dos Deputados.
 - 2.4.3 Do Senado Federal e dos Senadores.
 - 2.4.4 Das Reuniões e das Comissões.
 - 2.4.5 Do Processo Legislativo.
 - 2.4.6 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.
 - 2.5 Poder Executivo.
 - 2.5.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República.
 - 2.5.2 Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República.
 - 2.5.3 Da Responsabilidade do Presidente da República.
 - 2.5.4 Dos Ministros de Estado.
 - 2.5.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

- 2.6 Poder Judiciário.
 - 2.6.1 Disposições gerais.
 - 2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.
 - 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
- 2.7 Funções essenciais à justiça.
 - 2.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Estado, governo e administração pública:
 - 1.1 Conceitos.

2. Direito administrativo:
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Objeto.
 - 2.3 Fontes.

3. Ato administrativo:
 - 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
 - 3.2 Extinção do ato administrativo.
 - 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.
 - 3.3 Decadência administrativa.

4. Agentes públicos:
 - 4.1 Conceito.
 - 4.2 Espécies.
 - 4.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 4.3.1 Provimento.
 - 4.3.2 Vacância.
 - 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.4 Remuneração.
 - 4.5 Direitos e deveres.
 - 4.6 Responsabilidade.

- 4.7 Processo administrativo disciplinar.
- 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.

5. Poderes da administração pública:

- 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
- 5.2 Uso e abuso de poder.

6. Regime jurídico-administrativo:

- 6.1 Conceito.
- 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

7. Responsabilidade civil do Estado:

- 7.1 Evolução histórica.
- 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
- 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
- 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 7.6 Reparação do dano.
- 7.7 Direito de regresso.

8. Serviços públicos:

- 8.1 Conceito.
- 8.2 Elementos constitutivos.
- 8.3 Formas de prestação e meios de execução.
- 8.4 Delegação.
 - 8.4.1 Concessão, permissão e autorização.
- 8.5 Classificação.
- 8.6 Princípios.

9. Organização administrativa:

- 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.

- 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.

10. Controle da administração pública:

- 10.1 Controle exercido pela administração pública.
- 10.2 Controle judicial.
- 10.3 Controle legislativo.
- 10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).

11. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).

12. Licitações e contratos administrativos:

- 12.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DIREITO ELEITORAL

1. Direitos políticos:

- 1.1 Direitos fundamentais e direitos políticos.
- 1.2 Privação dos direitos políticos.

2. Direito eleitoral:

- 2.1 Conceito e fundamentos.
- 2.2 Fontes do Direito Eleitoral.
- 2.3 Princípios de Direito Eleitoral.
- 2.4 Hermenêutica eleitoral.

3. Poder representativo:

- 3.1 Sufrágio.
 - 3.1.1 Natureza.
 - 3.1.2 Extensão do sufrágio.
 - 3.1.3 Valor do sufrágio.
 - 3.1.4 Modo de sufrágio.
 - 3.1.5 Formas de sufrágio.

4. Organização eleitoral:

- 4.1 Distribuição territorial.
- 4.2 Sistemas eleitorais.

5. Justiça Eleitoral:

- 5.1 Características institucionais.
- 5.2 Órgãos e composição.
- 5.3 Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral.
- 5.4 Competências.
- 5.5 Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições.

6. ****Ministério Público Eleitoral:****

- 6.1 Composição.
- 6.2 Atribuições.
- 6.3 Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral.

7. Capacidade eleitoral:

- 7.1 Requisitos.
- 7.2 Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.

8. Alistamento eleitoral:

- 8.1 Ato de alistamento.
- 8.2 Fases do alistamento.
- 8.3 Efeitos do alistamento.
- 8.4 Cancelamento e exclusão.
- 8.5 Revisão do eleitorado.

9. Elegibilidade:

- 9.1 Registro de candidaturas.
- 9.2 Convenção Partidária.
- 9.3 Coligação Partidária.
- 9.4 Processo de Registro de Candidatura.

- 9.5 Impugnações ao Registro de Candidatura.
- 9.6 Inelegibilidades.
 - 9.6.1 Inelegibilidades constitucionais.
 - 9.6.2 Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
 - 9.6.3 Arguição judicial de inelegibilidade.

10. Partidos políticos:

- 10.1 Sistemas partidários.
- 10.2 Criação, fusão e extinção dos partidos políticos.
- 10.3 Federações partidárias (Lei nº 14.208/2021).
- 10.4 Órgãos partidários.
- 10.5 Filiação partidária.
- 10.6 Fidelidade partidária.
- 10.7 Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas.

11. Garantias eleitorais:

- 11.1 Liberdade de escolha.
- 11.2 Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto.
- 11.3 Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político.
- 11.4 Transporte de eleitores das zonas rurais.
- 11.5 Repressão à violência política.

12. Campanha eleitoral:

- 12.1 Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas.
- 12.2 Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral.

13. Propaganda eleitoral:

- 13.1 Conceito.
- 13.2 Poder de polícia.
- 13.3 Pesquisas e testes pré-eleitorais.
- 13.4 Propaganda eleitoral em geral.
- 13.5 Propaganda eleitoral em outdoor.

- 13.6 Propaganda eleitoral na Internet.
- 13.7 Propaganda eleitoral na imprensa.
- 13.8 Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.
- 13.9 Direito de resposta.
- 13.10 Moderação de conteúdo.
- 13.11 Permissões e vedações no dia da eleição.
- 13.12 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.
- 13.13 Captação irregular de sufrágio.
- 13.14 Procedimento preparatório eleitoral.

14. Atos preparatórios à votação.

15. Processo de votação.

16. Apuração eleitoral:

- 16.1 Diplomação.
- 16.2 Recurso contra expedição de diploma.
- 16.3 Candidato eleito com pedido de registro sub judice e realização de eleição suplementar.

17. Ações judiciais eleitorais:

- 17.1 Ação de impugnação de registro de candidatura.
- 17.2 Representações por propaganda ilícita ou irregular.
- 17.3 Ação de impugnação de registro ou divulgação de pesquisas eleitorais.
- 17.4 Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder de autoridade, político e econômico.
- 17.5 Ação por captação ilícita de sufrágio.
- 17.6 Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- 17.7 Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais.
- 17.8 Ação de impugnação de mandato eletivo.
- 17.9 Fraude à cota de gênero.
- 17.10 Ação por doação acima dos limites legais.

18. Recursos eleitorais.

19. Perda do mandato eletivo e eleições suplementares.

20. Crimes eleitorais:

- 20.1 Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais.
- 20.2 Crimes eleitorais puros ou específicos.
- 20.3 Crimes eleitorais acidentais.
- 20.4 Crimes cometidos no alistamento eleitoral.
- 20.5 Crimes cometidos no alistamento partidário.
- 20.6 Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades.
- 20.7 Crimes eleitorais na propaganda eleitoral.
- 20.8 Corrupção eleitoral.
- 20.9 Coação eleitoral.
- 20.10 Violência política contra a mulher (Lei nº 14.192/2021).
- 20.11 Crimes eleitorais na votação.
- 20.12 Crimes eleitorais na apuração.
- 20.13 Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral.
- 20.14 Crimes contra o Funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral (Lei nº 14.197/2021).
- 20.15 Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral.
- 20.16 Crimes eleitorais e sanções penais.

21. Processo penal eleitoral:

- 21.1 Prisão e período eleitoral.
- 21.2 Competência, conexão e continência em matéria eleitoral.
- 21.3 Medidas despenalizadoras.
- 21.4 Ação penal eleitoral.
- 21.5 Recursos.

DIREITO CIVIL

1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro:

- 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
- 1.2 Conflito das leis no tempo.
- 1.3 Eficácia das leis no espaço.

2. Pessoas naturais:

- 2.1 Conceito.
- 2.2 Início da pessoa natural.
- 2.3 Personalidade.
- 2.4 Capacidade.
- 2.5 Direitos da personalidade.
- 2.6 Nome civil.
- 2.7 Estado civil.
- 2.8 Domicílio.
- 2.9 Ausência.

3. Pessoas jurídicas:

- 3.1 Disposições Gerais.
- 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.
- 3.3 Constituição.
- 3.4 Extinção.
- 3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
- 3.6 Sociedades de fato.
- 3.7 Associações.
- 3.8 Sociedades.
- 3.9 Fundações.
- 3.10 Grupos despersonalizados.
- 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.
- 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.

4. Bens:

- 4.1 Diferentes classes.
- 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.
- 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.

5. Fato jurídico.

6. Negócio jurídico:

- 6.1 Disposições gerais.
- 6.2 Classificação e interpretação.
- 6.3 Elementos.
- 6.4 Representação.
- 6.5 Condição, termo e encargo.
- 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
- 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
- 6.8 Simulação.

7. Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

8. Prescrição e decadência.

9. Prova do fato jurídico.

10. Contratos:

- 10.1 Princípios.
- 10.2 Classificação.
- 10.3 Contratos em geral.
- 10.4 Disposições gerais.
- 10.5 Interpretação.
- 10.6 Extinção.
- 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).

2 Normas processuais civis.

3 A jurisdição.

4 A Ação.

4.1 Conceito, natureza, elementos e características.

4.2 Condições da ação.

4.3 Classificação.

5 Pressupostos processuais.

6 Preclusão.

7 Sujeitos do processo.

7.1 Capacidade processual e postulatória.

7.2 Deveres das partes e procuradores.

7.3 Procuradores.

7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.

7.5 Litisconsórcio.

8 Intervenção de terceiros.

9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.

10 Ministério Público.

11 Advocacia Pública.

12 Defensoria Pública.

13 Atos processuais.

13.1 Forma dos atos.

13.2 Tempo e lugar.

13.3 Prazos.

13.4 Comunicação dos atos processuais.

13.5 Nulidades.

13.6 Distribuição e registro.

13.7 Valor da causa.

14 Tutela provisória.

14.1 Tutela de urgência.

14.2 Disposições gerais.

15 Formação, suspensão e extinção do processo.

16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.

16.1 Procedimento comum.

16.2 Disposições Gerais.

16.3 Petição inicial.

16.4 Improcedência liminar do pedido.

16.5 Contestação, reconvenção e revelia.

16.6 Providências preliminares e de saneamento.

16.7 Julgamento conforme o estado do processo.

16.8 Provas.

16.9 Sentença e coisa julgada.

16.10 Cumprimento da sentença.

16.11 Disposições Gerais.

16.12 Cumprimento.

16.13 Liquidação.

17 Processos de execução.

18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.

19 Disposições finais e transitórias.

20 Mandado de segurança.

21 Ação popular.

22 Ação civil pública.

23 Ação de improbidade administrativa.

24 Súmulas do STF e do STJ.

25 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie.

26 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).

27 Lei nº 13.140/2015 (dispõe sobre mediação).

DIREITO PENAL

1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.

2 Aplicação da lei penal.

2.1 A lei penal no tempo e no espaço.

2.2 Tempo e lugar do crime.

2.3 Interpretação da lei penal.

2.4 Analogia.

2.5 Irretroatividade da lei penal.

2.6 Conflito aparente de normas penais.

3 Illicitude.

4 Culpabilidade.

5 Concurso de Pessoas.

6 Penas.

6.1 Espécies de penas.

6.2 Cominação das penas.

7 Ação penal.

8 Punibilidade e causas de extinção.

9 Prescrição.

10 Crimes contra a fé pública.

11 Crimes contra a Administração Pública.

12 Lei nº 13.869/2019, e suas alterações (abuso de autoridade).

13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).

14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações).

16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).

17 Súmulas do STF e do STJ.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!